

A CONTEMPORANEIDADE E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NOS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Pedro Paulo Souza Rios; André Ricardo Lucas Vieira; Thaynara Oliveira da Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus VII – Senhor do Bonfim -

Resumo: O presente trabalho pretende apresentar uma reflexão acerca dos processos de alfabetização e letramento de pessoas surdas, a partir da abordagem bilíngue. Para tanto, será levado em consideração as experiências e vivências, de duas professoras, que pontuarão as dificuldades de inclusão de uma estudante surda, matriculada no ensino regular, na rede pública de ensino de uma escola no sertão da Bahia. Através de referenciais teóricos, são construídas discussões em torno da história da educação de surdos, alfabetização e letramento de surdos em uma proposta bilíngue, o paradigma da educação inclusiva e sua importância da inclusão para o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes surdos, culminado a discussão em torno das principais dificuldades da inclusão de surdos no ensino regular e necessidade em promover uma educação mais efetiva para esses sujeitos. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizamos o método qualitativo, utilizando-se como instrumentos de coleta de dados questionário aberto e observações, com o intuito de compreender melhor nosso objeto de estudo. A pesquisa nos possibilitou perceber que a alfabetização e letramento de pessoas surdas devem acontecer através de uma abordagem bilíngue, por essa melhor atender as necessidades linguísticas dos surdos, também foi possível destacar que as principais dificuldades na inclusão de surdos no ensino regular é a falta de preparação da escola, uma vez que no processo de formação acadêmica as professoras não receberam formação na perspectiva bilíngue e a ausência quase que total de intérpretes da língua de sinais, que possam mediar a os processos de ensino aprendizagem de alfabetização e letramento de pessoas surdas, favorecendo uma maior participação em sala de aula.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento de surdos, Educação de Surdos, Bilinguismo. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O artigo que ora apresentamos tem por objetivo refletir acerca da alfabetização e letramento dos surdos, fazendo também uma breve discussão acerca das dificuldades na inclusão dos surdos no ensino regular. Considerando, que o relacionamento da sociedade com os sujeitos surdos foi marcado por estereótipos de que os surdos eram incapazes de se desenvolver cognitivamente e socialmente, excluídos dos âmbitos sociais, dentre eles da escola (SILVA, 2006).

Destacamos um breve histórico da educação de surdos e suas conquistas, como a proposta da educação bilíngue, que sugere que o surdo aprenda a língua de sinais e o Português escrito. Partindo, da concepção bilíngue discutimos sobre alfabetização e letramento de surdos, refletindo acerca da importância da alfabetização e letramento de surdos para a construção do conhecimento e desenvolvimento social desses sujeitos.

Por ser a alfabetização e letramento processos que estão atrelados na aquisição dos conhecimentos linguísticos, e pelo letramento atuar como processo em que o sujeito consegue desenvolver na escrita, leitura e interpretação, partindo dos saberes já adquiridos no seu cotidiano, aplainado com outras informações que auxiliam na reflexão e na construção de novos conhecimentos (SOARES, 2003).

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNDO

Por muitos séculos os surdos foram considerados incapazes de interagir socialmente. Submissos pela hegemonia ouvinte que procuravam extinguir a comunicação da linguagem de sinais, propondo que os surdos se adaptassem a cultura linguística dos ouvintes. Contudo, através de lutas e imposições contra supremacia da cultura ouvinte, os surdos obtiveram seus direitos linguísticos e de participação cidadã (SILVA, 2006).

A respeito da trajetória da luta dos surdos por reconhecimento Pereira (2008) ressalta que na antiguidade os surdos eram excluídos até mesmo no seio familiar, chegando a não possuíam direitos legais sobre as heranças deixadas pelos pais, em alguns casos alguém com a responsável pela tutela do surdo. Pereira (2008, p.3) também destaca que: “Na Idade Média a Igreja detinha todo o poder, e os surdos eram proibidos de ser batizados. Os surdos, filhos de pais ricos, começaram a ter aulas com professores particulares para aprender a falar, a ler e escrever, sendo os dois últimos mais importantes, pois, assim, poderiam assinar as heranças”.

A educação dos surdos traz em sua história três correntes de pensamento: a oralista, a comunicação total e a proposta bilíngue. A abordagem oralista acreditava que a melhor forma de ensinar os surdos seria através da linguagem oral. A concepção educativa através da comunicação total defendia a utilização de qualquer tipo de recurso que possibilitasse a comunicação, na finalidade de potencializar interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos (ALVEZ; *et al*, 2010). Todavia, a abordagem educativa para surdos por meio do bilinguismo, propõe que o surdo seja capaz de utilizar tanto a língua de sinais como a língua oral nas várias esferas da sociedade (ALVEZ; *et al*, 2010).

Apesar de a concepção bilíngue ser compreendida como a melhor forma do surdo ser escolarizado, durante muitos anos a abordagem oralista foi que predominou na educação desses sujeitos. Sendo estabelecida em 1880 em Milão, na Itália, em virtude do Congresso Internacional de Surdo Mudez, em que foram debatidas a visão dos que acreditavam na importância da língua de



sinais para o desenvolvimento do surdo, e a oralista vencedora das discussões, que pregava que só através da fala o surdo se estabeleceria com ser social. O congresso foi realizado entre os dias 06 a 11 de setembro, com a presença de oitenta e duas pessoas, na sua maioria ouvintes, dos países: Bélgica, França, Alemanha, Inglaterra, Itália, Suécia, Rússia, Estados Unidos e Canadá (SILVA, 2006).

No Brasil a educação para surdos, iniciou com a chegada do francês Ernesto Huet, em 1855, no Rio de Janeiro, com a criação da primeira escola para professores surdos (SALLES; *et al*, 2004). Com o passar dos anos alguns institutos e escolas foram surgindo, sendo referência na educação para surdos, como por exemplo: O Instituto Santa Terezinha, fundado pelo bispo Dom Francisco de Campos Barreto, em 15 de abril de 1929, em Campinas (SP); O I Núcleo Educacional para Crianças Surdas, inaugurado em 13 de outubro de 1952, em São Paulo (SP), pelo prefeito Dr. Armando Pereira e o Instituto Educacional São Paulo (IESP), fundado em 18 de outubro de 1954, atendendo inicialmente crianças com dificuldades auditivas entre 5 e 7 anos de idade, sua primeira presidente foi Renata Crespi da Silva (MAZZOTA, 2011).

Contudo, ao longo das décadas os brasileiros surdos enfrentaram muitos obstáculos para conquistar melhores condições de vida, uma dessas conquistas foi a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como Língua Brasileira de Sinais, sendo legitimado pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que torna obrigatório a preparação de profissionais que venham atender as necessidades de ensino bilíngue, permitindo o acesso à alfabetização em Língua Portuguesa Brasileira.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE SURDOS EM UMA PERSPECTIVA BILÍNGUE

O processo de alfabetização de surdos é um dos grandes desafios na escolarização desses sujeitos, visto que o surdo compreende o mundo através da visão, e por ser o Português uma língua oral-auditiva o processo de letramento dos surdos se torna muito mais complexo do que para uma pessoa ouvinte (SOUSA; MOURÃO, 2012).

Muitas das tentativas de alfabetizar os surdos fracassaram, em razão de serem usados os mesmos métodos que são utilizados para alfabetizar os ouvintes. Priorizava-se a fonologia, ou seja, o som das letras, o que impossibilitava o surdo aprender por ele não possuir audição. Por essa razão, os professores que trabalham com pessoas surdas precisam ter a compreensão que o processo de

alfabetização e letramento de alunos surdos deve ser baseado em perspectiva bilíngue (BALDO; IACONO, 2008).

A concepção bilíngue é a alternativa didático-pedagógica cuja finalidade é permitir o acesso do aluno surdo a Libras e a Língua Portuguesa através da escrita, possibilitando assim, um maior acesso ao mundo ouvinte, ampliando suas capacidades de participar ativamente do ambiente escolar, de interpretar, ler, escrever e de desenvolver suas habilidades e potencialidades cognitivas (ALVEZ; *et al*, 2010).

A educação bilíngue favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário do surdo, permitindo a construção da autoimagem do aluno surdo, pois além da língua de sinais já conhecida por ele, o mesmo poderá recorrer à Língua Portuguesa para integrar-se e interagir na cultura ouvinte. Sendo a língua de sinais a primeira língua dos surdos, esta se torna mediadora para aquisição da Língua Portuguesa (SOUSA; MOURÃO, 2012).

Basicamente a educação bilíngue possibilita o surdo não somente ser alfabetizado mais letrado, por a LIBRAS atuar como mediadora do ensino do Português escrito, fornecendo subsídios necessários para que o surdo possa adquirir informações através da leitura e interpretação, permitindo que este amplie suas interações sociais (BOLDO; IACONO, 2008).

Contudo, para que o processo de alfabetização e letramento de surdos seja proporcionado de forma significativa, é necessário que aja profissionais fluentes em LIBRAS, caso contrário o ensino do Português fica limitado, impossibilitando que o surdo compreenda o mundo através da escrita e assim adquira novas informações (BOLDO; IACONO, 2008). Boldo e Iacono (2008) afirmam que a necessidade de profissionais em LIBRAS assegura o surdo ter acesso a LIBRAS, garantindo assim o acesso do surdo a informações e a formação de conhecimento, levando em contas os saberes adquiridos no seu dia a dia. Os mesmos acrescentam que: “O acesso das pessoas surdas à Educação se dá através da LIBRAS, que faz parte de seu cotidiano e é por ele que a criança recebe as informações do mundo” (p.10).

Por essa razão, o educador que se dispõe a alfabetizar e letrar crianças surdas necessita atentar para a complexidade da língua de sinais e que esta como língua possui padrões e regras próprias, e que o surdo recebe as informações a partir da visão. Assim, o educador como condutor do processo de alfabetização em língua portuguesa deve desenvolver sua metodologia de ensino com recursos visuais, facilitando assim do aprendizado do educando surdo (ALVEZ; *et al*, 2010).

O educador também necessita considerar alguns aspectos ao longo da alfabetização dos surdos, tais como: A surdez não se constitui como obstáculo para que o surdo se alfabetize; O

Português precisa ser ensinado à criança surda através da metodologia própria da língua, fazendo necessário o uso de instrumentos visuais e de unidades com significados, “por exemplo, palavras inteiras para que a criança encontre uma correspondência com algo que já conhece o sentido na L1” (SOUSA, MOURÃO, 2012. p. 31).

Vale ressaltar que o ensino de uma língua demanda ferramentas metodológicas que ajudem na contextualização. E para que aja o aprendizado de qualquer língua a leitura é essencial, pois a partir dela o aprendiz irá adquirir a escrita. No caso de um aluno surdo não é diferente, a leitura é parte essencial para aquisição da língua portuguesa. No caso do aprendiz surdo a leitura acontecerá de forma silenciosa, sendo assim, os recursos e elementos visuais serão instrumentos auxiliares de grande relevância neste processo (SALLES; *et al*, 2004).

No que se refere à apropriação do surdo com a língua portuguesa escrita, Alvez; *et al* (2010) explicam, que é necessário o desenvolvimento de atividades que visem a reflexão, voltadas para a observação analítica de como se estrutura o sistema linguístico. Por meio da qual o aluno possa desenvolver a escrita a partir de uma diversidade de temas que envolvem o círculo social, permitindo assim, o aluno ampliar sua possibilidade de uso da língua portuguesa nas suas normas gramaticais na compreensão e interpretação de diferentes temáticas.

Considerando que existe uma aproximação entre letramento e alfabetização, sendo a alfabetização o processo que o indivíduo adquire o domínio de um código e das técnicas para usar quando se ler e escreve e letramento é a tecnologia da escrita, possibilitando ao indivíduo a leitura e a compreensão do que está escrito, ou seja, quando o indivíduo é alfabetizado letrado consegue interagir e opinar sobre diversos textos que circulam na sociedade (SOARES, 2003). Por essa razão, a alfabetização e o letramento de pessoas surdas necessita ser desenvolvida em uma proposta bilíngue, por meio de estratégias visem capacitar o aluno surdo bases de relações sociais.

De fato, a educação para surdos é muito complexa, em razão de o surdo compreender o mundo pela visão. Entretanto, promover um ensino baseado na perspectiva bilíngue é a melhor ferramenta para alfabetizar e letar os surdos, por esta apresentar mecanismos que auxiliem o surdo a interagir tanto com a comunidade surda, quando com o ouvintes, por meio da LIBRAS e do Português é que o surdo tem oportunidade de desenvolver-se como ser social, ampliar sua visão de mundo e conquistar seus direitos linguísticos.

PARADIGMA INCLUSIVO: INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

Com as mudanças ocorridas na sociedade e os avanços tecno-científicos, novos conceitos e modelos de vida foram surgindo, dentro dessa abordagem, notou-se a necessidade de uma reformulação paradigmática educacional, no objetivo de desenvolver novos moldes para educação, a exemplo da proposta inclusiva (MANTOAN, 2006). Essa nova concepção educativa, que engloba receber os sujeitos com deficiência em escolas comuns se intensificou com os movimentos de luta pelos direitos humanos, nos anos 1960. Na perspectiva de proporcionar às crianças, jovens e adultos a mesma escolarização que os demais recebiam (MENDES, 2006).

Quando se discute acerca do desenvolvimento de uma educação de qualidade, que atenda as especificidades dos indivíduos com deficiência, é imprescindível esclarecer dois conceitos: Integração e inclusão. Esses dois conceitos apresentam significados e semelhanças, contudo, “são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes” (MANTOAN, 2006. p. 17).

Integração entende-se como o desenvolvimento de ações que promovam o acesso a educação a sujeitos com deficiência serem recebidos tanto em escolas comuns, ou escolas voltadas para o ensino especial, ou em salas especiais presentes em escolas comuns e espaços sociais. É o que Mantoan (2006), conceitua como o “especial na Educação”. Neste contexto o objetivo é que o aluno especial se adapte ao ensino da escola regular, através de um ensino que atenda a suas necessidades de aprendizagem, em que profissionais, recursos, métodos e técnicas são encaminhados para o ensino regular.

No que se refere à inclusão escolar, o objetivo está em receber a todos no ensino regular, não atingindo somente aos alunos com deficiência, mas, também os alunos de culturas, etnias, raça, cor e classes sociais diferentes. Através do desenvolvimento de ações que visem atender as especificidades dos alunos. Assim, Mantoan (2006, p.27) afirma que a inclusão se configura como: “[...] uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência.”

A proposta integração e inclusão vêm, sem dúvidas, quebrar alguns paradigmas presentes na educação; entretanto, há uma grande polêmica em torno desse assunto, por conta de alguns pais, professores, e profissionais especialistas que trabalham com pessoas com deficiência. Os professores de ensino regular são temerosos em receber as crianças, por não apresentarem preparação para atendê-los; os profissionais do ensino especial temem em perder o espaço de atuação em escolas especiais; e muitos pais por apresentarem uma visão preconceituosa, não

aceitam que seus filhos sejam agrupados nos mesmos espaços que as outras crianças que apresentam alguma diferença (MANTOAN, 2006).

No que se observa a respeito das políticas públicas para educação de surdos, em uma perspectiva inclusiva foi vigorado o acréscimo na Lei 9394/96 no artigo 26-B a seguinte determinação: “Será garantida às pessoas surdas em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, na condição de Língua nativa das pessoas surdas”.

Outro ponto importante que foi estabelecido a partir do Decreto Nº 5.626, que se objetivou em reconhecer a Libras com Língua Brasileira de Sinais e estabelecer elementos de formação de professores em Libras, para atuarem nas redes de ensino especial e regular.

É notório que o surdo possui o direito de desenvolver suas habilidades cognitivas em espaços educativos, tanto na escola regular com Atendimento Educacional Especializado. Desde que, este esteja condizente com as obrigatoriedades do ensino da LIBRAS e no desenvolvimento da educação bilíngue. Em suma, a proposta inclusiva para surdos necessita compreender e reconhecer os direitos linguísticos desses sujeitos.

CONSTRUINDO CAMINHOS DA PESQUISA

A temática deste estudo tem como fundamento o campo das ciências sociais e apresenta um caráter qualitativo exploratório. Segundo Godoy (1995) a pesquisa exploratória, tem como finalidade a análise descritiva dos dados, extraídos das compreensões das pessoas, sociedades e lugares, através do contato direto do pesquisador com os pesquisados, “procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação de estudo” (p. 58).

Assim, este trabalho é o resultado da pesquisa teórica acerca do processo de alfabetização e letramento de surdos, e das observações sobre as dificuldades da inclusão de uma aluna surda no ensino regular, na Escola Municipal Eraldo Tinoco em Pindobaçu, cidade localizado na região norte da Bahia. As observações foram uma ferramenta fundamental para catalogação e verificação dos dados, por se tratarem de um método que permite o estudo e interpretação das hipóteses pré-estabelecidas (GIL, 2008).

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessário a utilização de um questionário individual com perguntas abertas. A entrevista foi realizada com duas professoras da aluna surda,

uma da Escola Municipal Eraldo Tinoco e a outra do Centro de Atendimento Educacional Especializado Psicopedagógico de Pindobaçu (CAEEPP). A entrevista permitiu a discussão acerca das dificuldades na inclusão dos surdos no ensino regular, e a importância em promover um ensino de qualidade para os surdos, atendendo suas necessidades de aprendizagem.

OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE UMA ALUNA SURDA NO ENSINO REGULAR

A educação formal é um processo importantíssimo para o ser humano adquirir informações que lhe possibilitem novas compreensões de mundo (BOLDO; IACONO, 2008). E por ser esta um direito de todos é o que determina a Constituição Federal de 1988, no artigo 205, todo indivíduo brasileiro, independentemente de sua posição social, raça, etnia, cor, religião ou condições físicas, possui o direito de ser integrado nos processos de aprendizagem escolar.

Por ser a educação formal uma das ferramentas primordiais na formação cognitiva do ser humano, as pessoas que apresentam algum tipo de necessidade especial são incluídas no direito pela educação escolar, como as pessoas ditas “normais” possuem, assim como delibera a LEI Nº 9394/96, nos artigos 58 ao 60 a respeito da educação especial.

Apesar do direito assegurado por lei, a educação formal para pessoas com deficiência ainda enfrenta muitas barreiras no que se trata da educação inclusiva, pois exige a organização de várias propostas de trabalho, pelas especificidades de aprendizagem dos alunos com deficiência. Basicamente o que ocorre é que em muitos casos a escola não está preparada receber esses alunos (MENDES, 2006).

Por isso, ao se pensar em inclusão é preciso pensar de fato refletir o que é incluir. Entretanto a escola, como instituição que legaliza a prática pedagógica e a formação de seus educandos, precisando assim assegurar os direitos de aprendizagem de todos. Levando em consideração as especificidades de cada aluno. Ressaltando que é de suma importância a experiência do educador, incluindo a sua formação inicial e continuada (MENDES, 2006).

Considerando a importância em se promover a inclusão dos surdos no ensino regular, as professoras da aluna surda, tanto a professora do ensino regular, quando a professora do Atendimento Educacional Especializado, destacaram que é de suma importância a inclusão da aluna surda, para o seu aprendizado, na sua interação social e para a construção de práticas mais democráticas. A professora do ensino regular também acrescentou que:

A educação inclusiva é muito importante, pois promove o respeito às diferenças. Permitindo que as pessoas deficientes tenham direito a educação e a desenvolver-se na sociedade. Contudo, é necessário que ocorra formação para os professores para receber os alunos com deficiência e também a escola precisa desenvolver estratégias pedagógicas para

recebe-los. No caso dos surdos devem se levarem conta que o surdo compreende o mundo através da visão, por isso é preciso elaborar estratégias que atendam as especificidades linguísticas desses alunos ,caso contrário o ensino fica limitado e o aluno surdo fica impossibilitado de aprender e de se comunicasse , por essa razão é necessário primeiramente um interprete em LIBRAS.

Neste sentido é visível à relevância da proposta inclusiva para a escolarização de alunos surdos, que objetiva-se em estabelecer um ensino mais democrático e participativo, em que todos os alunos interagem, trocam informações e potencializam suas capacidades cognitivas. Todavia, para que haja a inclusão de maneira significativa, os professores e todos os envolvidos do contexto escolar, necessitam elaborar estratégias didáticas que viabilizem o acesso e a permanência dos alunos surdos na escola, respeitando e considerando que cada aluno seja ele surdo ou ouvinte, possui a sua competência, singularidade e diferença. É o que esclarece Alvez; *et al* (2010,p.8):

É necessário reinventar as formas de conhecer a escola e suas práticas pedagógicas, rompendo com os modos lineares do pensar e agir no que dicotomizam as pessoas com ou sem deficiência, pois os seres humanos se igualam na diferença, refletida nas relações, experiências e interações.

É evidente a importância da escola ser um espaço de inclusão e participação social, contudo para que se alcance pontos qualitativos no ensino e aprendizagem, muitos são os obstáculos a serem enfrentados, para que todos interajam e se desenvolvam. Como relatado pelas professoras ainda muitas barreiras a serem superadas, entre eles a relação da escola, professores e a alunos com os surdos, segundo a professora do ensino regular ela se sente em muitos momentos angustiada, pois percebe a aluna surda isolada dos alunos da turma e da escola, somente duas colegas que mais interagem com a menina surda. A professora no ensino regular em sua fala afirmou que:

Não ha muita relação da aluna com a turma, sinto que ela fica angustiada, e eu também fico, porque percebe que os demais colegas não interagem ela, por não conseguirem se comunicar. Alguns colegas tentam ajudar, porém somente duas colegas ouvintes que estabelecem uma boa relação com a aluna surda. A maioria da turma não gosta de fazer as atividades com ela, dizem que ela atrapalha, pois na compreende os assuntos. Acredito que isso ocorra porque não temos um interprete em LIBRAS na sala para facilitar a comunicação.

Realmente a partir das observações ficou evidente que a aluna não estabelece muita relação com os alunos da turma, somente com duas alunas que faziam as atividades juntamente com ela. Outro fator é que a aluna não consegue realizar as atividades sozinha, não compreende as preposições das atividades. A professora tenta repassar o que a atividade propõe divide o quadro e escreve novamente o que atividade requer, aponta mostra em figuras, todavia nem sempre a aluna consegue entender e o que ocorre é que a aluna faz a copia do que as duas colegas ouvintes que ele

estabelece boa relação escrevem no caderno, apenas em atividades mais simples como pintura que ela realiza sozinha.

Apesar da aluna surda já conhecer todas as letras do alfabeto os número e escrever algumas palavras como foi destacado pela professora do ensino regular e do ensino especial, ela ainda esta no processo de alfabetização e letramento. Contudo, como destacado pelas educadoras se houvesse um interprete em LIBRAS no ensino regular, viabilizaria a transmissão de informações, e assim a aluna surda conseguiria realizar as atividades e ter uma melhor relação com os colegas ouvintes.

Mediante as observações e o parecer das professoras foi possível compreender que a inclusão dos surdos ainda enfrenta muitas dificuldades quando a falta de um interprete em LIBRAS, formação de professoras e uma metodologia de ensino adequada para atender as especificidades de aprendizagem dos alunos surdos. Como destacado por Mendes (2006) é necessário repensar a inclusão escolar, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem atender a todos, considerando suas especificidades de aprendizagem e promovendo medidas de respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões acerca da alfabetização e do letramento de surdos em uma proposta bilíngue, como também a inclusão dos mesmos na escola regular foram fundamentais para compreensão da necessidade de promover uma educação para surdos que atenda as especificidades linguísticas desses sujeitos, a fim de promover a participação dos mesmos nas relações com a cultura surda e ouvinte, através da língua de sinais e do Português escrito.

Apesar da complexidade em alfabetizar e letrar os surdos, vale salientar que os surdos possuem capacidades de adquirir novas informações e de se desenvolverem não somente através de procedimentos visuais - gestuais, mas também linguisticamente (ALVEZ; et al, 2010).

Em virtude dessa compreensão, entendemos que promover a educação bilíngue para o surdos é fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas mais democráticas e participativas, em que o surdo seja capaz de adquirir informações pertinentes para o seu desenvolvimento como ser social. Por essa razão o processo de alfabetização e letramento de surdos necessita atentasse para o contexto social e cultura dos surdos, levando em conta seus saberes e a cultura surda.

Partindo da necessidade de promover a alfabetização e letramento de surdos, respeitando as especificidades de aprendizagem dos surdos, pode-se analisar a da inclusão escolar, que se volte para o desenvolvimento das potencialidades cognitivas e sociais, respeitando as diferenças linguísticas dos alunos surdos.

Contudo, vale ressaltar que o processo de inclusão dos sujeitos surdos ainda não atende toda a demanda necessária para esses alunos serem alfabetizado e letrado em escolas regulares, a consequência disso é que teremos alunos surdos em escolas regulares, porém, como foi observada a escola ainda não conseguiu adaptar-se para receber esses alunos. A formação de professores e a falta de um intérprete em LIBRAS são uns dos principais dificuldades a serem solucionadas, para melhor atender as necessidades de aprendizagem dos surdos.

Por essa razão, entendemos a necessidade da escola juntamente com os educadores construir estratégias didáticas, que forneçam estruturas para o surdo adquirir o ensino da LIBRAS e do Português escrito. A fim de proporcionar ao aluno surdo o direito de desenvolver suas habilidades cognitivas, de participar ativamente dos contextos sociais e educativos. Influenciando assim, na valorização das relações humanas, no respeito ao próximo e na construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Jasimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial, 2010.

BALDO, Cirlei Fátima; IACONO, Jane Peruzo. **Letramento para alunos surdos através de textos sociais**. UNIOESTE, 2008.

BRASIL. O Presidente da República/Congresso Nacional. **Constituição Federal, 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto N° 5.626, de 22/12 2005**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Senado. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n° 9.394 de 20/12/1996, Art. 26-B**. Brasília, 2004.

BRASIL. O Presidente da República /Congresso Nacional. **Lei N° 10.436, de 24/04/ 2002 - LIBRAS**. Brasília, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades. **Rev. adm. emres.**, São Paulo, v. 35, n. 2, APR. 1995. p. 57-63.

MANTOAN, Ma. Teresa Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Ma. Teresa Egler. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. (orgs.). **Educação Especial: Em Direção à Educação Inclusiva**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 27-40.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil História e Políticas Públicas**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011. p. 27-70.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A Radicalização do Debate Sobre Inclusão Escolar no Brasil**. 11. v. Revista Brasileira de Educação, 2006.

PEREIRA, Raquel de Carvalho. **Surdez: Aquisição de Linguagem e Inclusão Social**. Livraria e Editora Revinter Ltda. Rio de Janeiro, 2008. p. 3-6.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima; FAULSTICH, Enilde; CARVALHO, Orlene Lúcia; RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos Caminhos para a Prática Pedagógica**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SILVA, Vilma. Educação de Surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública de Paris e o Congresso de Milão em 1880. **Estudos Surdos I**. In: QUADROS, Ronice Müller de. Petrópolis – RJ: Arara Azul, 2006. p. 13-37.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Universidade Federal de Minas Gerais. Poços de Caladas, MG, 2003.

SOUZA, Wilma Pastor de Andrade; MOURÃO, Carlos Antonio Fontenele. A Alfabetização da Pessoa Surda: Desafios e Possibilidades. In: MELO Iran Ferreira de. **Caderno de Educação Especial a Alfabetização de Crianças com Deficiência uma Proposta Inclusiva**. Brasília: MEC, SEB, 2012. p. 28-32.

TELFORD, Charles W; SAWREY, James M. **O Indivíduo Excepcional**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC - Livros Técnicos e Científicos, Editora S. A, 1988.